

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

OS DESMONTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SEUS REFLEXOS NO TRABALHO PROFISSIONAL DA/DO ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

Glenda Giordana da Silva de Oliveira¹

Larissa Tuane Lima do Nascimento²

Riane Reis da Silva³

RESUMO

O artigo objetiva analisar as relações sociais existentes entre capital e trabalho diante das reverberações neoliberais da política de Assistência Social no contexto da pandemia da covid-19. Foi realizado pesquisa bibliográfica sob influência da dialética de Marx, tendo como resultado: a reflexão, estratégia e desafios sobre a proteção social, a partir das experiências vividas no CRESS/PA.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho Profissional. Política de Assistência Social. Covid-19.

ABSTRACT

The article aims to analyze the existing social relations between capital and work in the face of neoliberal reverberations of Social Assistance policy in the context of the covid-19 pandemic. A bibliographic research was carried out under the influence of Marx's dialectic, resulting in: reflection, strategy and challenges on social protection, from the experiences lived in CRESS/PA.

Keywords: Social Service. Professional Work. Social Assistance Policy. Covid-19.

¹ Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social 1^o região da Gestão 2020/2023, Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação de Belém/PA, graduada pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Serviço Social, Segurança e Políticas Públicas. oliveiraggso@gmail.com

² Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Saúde Pública (UEPA/FIOCRUZ), Especialista em Saúde Pública da mulher e da criança (UEPA/FSCMPA), mestranda em Serviço Social (PPGSS/UFRN). larissaomilare@gmail.com

³ Coordenadora Estadual de Proteção Social Básica do Pará, Assistente Social, graduada pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Especialista em Famílias e Políticas Públicas e Gestão do SUAS. rianereis.rr@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O fortalecimento de vínculos, a autonomia, o protagonismo, a participação e a capacidade de proteção das famílias, indivíduos e comunidades, foram desde sempre preocupações da assistência social e por isso o presente artigo instiga a trajetória da política de assistência no Brasil e seus embates diante dos desmontes das políticas sociais, reverberando os reflexos da atuação do trabalho do assistente social nesse contexto de crise sanitária da pandemia da covid-19. Reconhecendo os rebatimentos do projeto neoliberal do Governo Bolsonaro e crise do capital nesta estrutura.

Este trabalho foi organizado em três itens de desenvolvimento pautado na discussão e reflexões acerca das políticas sociais, da assistência social, em especial, em Belém do Pará, trazendo parâmetros de atuação profissionais dos assistentes sociais. O primeiro item discorre sobre a trajetória da assistência social e seus rebatimentos nos desmontes das políticas sociais, enfatizando o trabalho precarizado, a subproletarização, as condições precárias de trabalho e os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus na proteção social brasileira. E, no terceiro item, detém os reflexos do trabalho profissional do assistente social na política de assistência social em Belém no tempo presente, a partir das experiências vivenciadas como conselheira do Conselho Regional de Serviço (CRESS) 1º Região e assistente social de base da Comissão de Formação Profissional do referido Regional, para fomentar o debate acerca do surgimento de alguns determinantes para o profissional de Serviço Social.

Este artigo foi construído a luz do materialismo histórico dialético, no sentido de compreender melhor a realidade e os seus determinantes e, assim, refletir acerca do objeto analisado sobre os desmontes da política de assistência social no tempo presente e seus rebatimentos no trabalho profissional do assistente social em Belém. Tendo como objetivo principal compreender as relações sociais existentes entre capital e trabalho diante de suas concepções no neoliberalismo aos desmontes das políticas, consequentemente, no contexto de pandemia. E, para o alcance do objetivo desta pesquisa, foi necessário um minucioso levantamento bibliográfico de fontes governamentais e não-governamentais e literaturas de autores associado ao tema do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalho, com base ao “estudo da literatura pertinente que pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável, podendo até orientar indagações” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158).

Por conseguinte, este artigo proporcionou uma reflexão sobre o real significado da proteção social vinculada nas políticas sociais e sobre a necessidade de montar estratégias de ação e de mobilização social para o combate dos desmontes dessas políticas, em especial, da assistência social, que reverbera em todos os atores sociais que estão incluídos neste sistema de garantia de proteção social, como os profissionais de Serviço Social.

2 A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SEUS REBATIMENTOS NOS DESMONTES DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A assistência social vem sofrendo os rebatimentos desde cenário em que se instituiu a política social, via de regra, vem desencadeando a padronização dos serviços públicos, esses que são arrecadados da própria população e como retorno, os acessam “gratuitamente”. Entretanto, a manutenção da assistência é vista como uma prestação de favores dos serviços operacionalizados pelo Estado e não como um resultado da riqueza produzida pelo trabalhador, dando viés a desmistificação do critério de elegibilidade e universalidade da política de assistência social no Brasil, posto isto, se coloca numa triagem de quem será favorecido aos benefícios destinados à política e intensificando o empobrecimento, como designou-se o auxílio emergencial de R\$600 (seiscentos reais) no período fervente da pandemia, após imposição da esquerda para permanência do valor, concedido pelo Governo Federal carregado de empecilhos ao seu acesso e corroborando para aglomerações e filas quilométricas em frente às Caixas Econômicas e mesmo assim, não atingiu a totalidade de pessoas carecidas deste auxílio.

[...] a pauperização massiva da população brasileira está descaracterizando a assistência social como uma área específica de defesa governamental e, em contrapartida, está transformando vários serviços públicos em serviços de “assistência social”.

PROMOÇÃO



APOIO

A leitura da pauperização, somada aos movimentos organizados de reivindicação de luta da população pelo atendimento das necessidades desmascararam a assistência como prática dirigida a grupos minoritários, ou ao atendimento de carecimentos individuais ou emergenciais. (SPOSATI et al, 1998, p. 61).

Ademais, Sposati (1998, p. 29) elucida como estratégias a inserção do Estado no controle social da classe subalterna que dependente dos serviços da assistência social, embora a sua tática fora de manter “o uso de um regime autoritário e excludente e a introdução de políticas sociais calcadas no modelo assistencial”, acaba-se rebatendo nos moldes de como foi pensada a política de assistência no Brasil. Apesar de, o assistencialismo como forma excludente tenha sido superado, o que nos remete a entender que esse modelo assistencial vem como apreensão do “excluído” e o trabalhador na condição de assistido pelo Estado e, não como usuário que detém direitos sociais e civis.

Dessa forma, corrobora nas contradições das normativas que o Estado pondera nas leis estabelecidas das políticas, quando se detém de uma inclusão ativa da população e assegura uma melhor aplicabilidade da mesma, onde na verdade, o seu “incluir” também reitera nos interesses da força de trabalho, da qual mantém o grande capital, sendo assim:

O assistencial, como mecanismo presente nas políticas sociais, revela-se ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado.

Em contrapartida, para as classes subalternizadas, as políticas sociais se constituem um espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que de outra forma lhes são negados. Espaço este de lutas, confronto e expansão de direitos (SPOSATI, 1998, p. 30).

Desse modo, compreendemos que a política de assistência social constituída no Brasil é engendrada nas contradições do capitalismo, embora seja inegável a contribuição que se tem repassado aos usuários de diversas formas, ora na transferência de renda, na qual ameniza as condições sociais de manutenção da sociedade civil, ora no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Em contrapartida, quando se coloca os serviços públicos como respostas emergenciais das desigualdades sociais no sistema capitalista, levando em consideração, a baixa qualidade do atendimento, a infraestrutura do espaço

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



socioocupacional precário, os cortes orçamentários nas políticas sociais⁴ a escassez de recursos humanos e materiais, as péssimas condições de trabalho dos profissionais e baixos salários, entre outras situações, implicam na expansão da condição humana e na consolidação da cidadania como direito social previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No tempo presente, este fato, traz rebatimentos expressivos na “pseudo” estratégia do Governo Federal ao incidir o programa emergencial na política social do Brasil, evidenciando ainda mais, a reprodução das expressões da questão social dentro do contexto da crise sanitária instalada no país com a covid-19, da qual se expande em um processo mais intensificado à contenção de gastos sociais, contrariando os diversos decretos apontando a política de assistência social como essencial, englobando, por exemplo, o voluntariado ao combate à pobreza e elevando o auxílio emergencial a supercapitalização por garantir a sua mediação por meio bancários e, assim, anuncia a destruição das conquistas de direitos consolidadas pela política de assistência social e “intensifica a tecnocracia e a exclusão tecnológica, criminalização dos pobres (...) e a reatualização do clientelismo” (ALVES; SIQUEIRA, 2020, p. 80).

Nesse aspecto, se preconiza a mão-de-obra, estimula o desemprego, a pobreza e, conseqüentemente, o individualismo como forma de sobrevivência. Assim como, privatiza as empresas e incentiva a fiscalização de altos juros, derrubando o pequeno empresário e concentrando o mercado e o lucro nos grandes capitalistas – isso caracteriza novos pactos que envolvem o trabalho, o mercado e o Estado, este por sua vez, não oferece subsídio ao trabalhador e se ausenta na garantia de direitos, corroborando no aumento das expressões da questão social dentro da política de assistência social, pois segundo Santos (2012, p. 26) a “questão social é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital”, tão quão criticada pela economia política marxiana.

⁴ A Assistência Social perdeu 96% do recurso para 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-12/tebet-recursos-para-assistencia-social-tiveram-corte-de-96>> Acesso em 17 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO





A assistência social vem como manobra de discurso ao enfrentamento das expressões da questão social a colocando como não contributiva, pois antes de adentrar a uma política nacional, o Estado a detém como mediadora da reprodução social ao integrar o tripé da seguridade social, uma vez que, em torno dos anos de 1990 a 2000 há uma mercantilização das políticas de saúde e previdência social. No entanto, Mota (2010) analisa esse processo como forma de desmistificar o mecanismo da proteção social e suas implicações de centralidade na seguridade social ao se deparar com a privatização da previdência e da saúde.

Por certo, são questões que revelam a expansão das reformas neoliberais, de ajustes na economia e de reordenamento na divisão técnica social do trabalho, acaba implicando no exercício da cidadania e garantia de direitos sociais, fazendo com que essas políticas sejam afirmativas para o acúmulo e reprodução do capital, além de colaborar para os retrocessos e desmontes de conquistas sociais da classe trabalhadora, o que já vem ocorrendo desde o Governo de Temer no país, a exemplo, da PEC 241 (Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016)⁵ – que congela por vinte anos os gastos públicos, sem investimentos nos segmentos sociais, deixando a idealização de um Estado Social advindo com a Constituição Federal Cidadã de 88, o mais longe de ser realizado e, sendo fortemente ampliado no Governo de Bolsonaro.

E, como consequência, a transformação do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, de acordo com Antunes (2000) vem das profundas transformações na sociedade contemporânea, em que expressa as mais complexas relações entre o ser e o existir da sociabilidade humana. Essas expressões desenfream na crise do capital, da qual o desemprego estrutural acaba aflorando entre as consequências do neoliberalismo e da reestrutura produtiva do capital.

(...) a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados (...). (ANTUNES, 2000, p. 16).

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em 10 de nov de 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Por conseguinte, fomenta o aumento do trabalho precarizado, resultando diretamente nas transformações discurrida na sociedade capitalista como uma expansão desordenada do desemprego estrutural e o desenvolvimento de subproletarização, com isso, nos colocando em novos desafios para o enfrentamento da fragmentação de classe, também para a união de um trabalho assalariado e organizado em prol da efetivação de uma política descentralizada, participativa, de proteção social e de defesa dos direitos, como frisa a Política de assistência social.

3 OS REFLEXOS DO TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELÉM/PA NO TEMPO PRESENTE

No desenvolvimento deste item, a discussão vem acerca dos reflexos do trabalho profissional dos assistentes sociais frente aos desmontes das políticas sociais, tendo como a trajetória da assistência social em Belém, ponderando o contexto da pandemia da covid-19, o avanço do neoliberalismo e os desafios enfrentados pela categoria profissional de Serviço Social, com ênfase nas experiências vivenciadas no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 1º Região, na gestão de 2020-2023.

A capital paraense, também está inserida nas contradições e expressões da questão social, no que tange as relações sociais nas políticas neoliberais, herança de governos autoritários e conservadores, impedindo a participação cidadã nas decisões políticas, econômica e social. Todavia, nem sempre esse cenário municipal de Belém teve esse viés, no ano de 1997, Belém traz um marco dentro da prefeitura, quando um partido de esquerda chega ao poder inserindo novas oportunidades para a expansão da cidadania e apoios nas lutas de classe, garantindo assim, a participação do povo em todos os segmentos sociais, como a criação do Orçamento Participativo que, de acordo com Rodrigues (2002, *apud* Matos; Novaes, 2004) dispõe da definição da população na participação dos projetos escolhidos por ela e o acompanhamento de como, onde e quando gastar as verbas públicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ademais, abre-se um novo espaço de discussões e debates acerca da nova realidade de execução da assistência social desde 1993, inserindo o Estado como responsável em gestar, executar e financiar a política de assistência, e posteriormente em 2004 com a Política PNAS ao reorganizar os programas e projetos da assistência quebrando com a lógica enraizada das ações paternalistas que o município de Belém se encontrava. Isso ponderou-se como uma forma de resistência a “velha” política que regia a cidade da capital paraense, com um processo de rompimento e de luta para a efetivação dos serviços da assistência, assim como, para as políticas já executadas e fomentar debates para novas propostas, antecedendo a chegada da PNAS (Rodrigues, 2002, *apud* Matos; Novaes, 2004).

Belém incorpora nesse período estratégias de organização e execução dessas políticas, ao romper a lógica da filantropia e dependência exclusiva de seus gestores, promovendo grandes debates de construção da política em fóruns municipais juntamente com outras áreas multidisciplinares, como a educação, saúde, jurídico, entre outras, para desencadear o papel da assistência no município e sua correlação com as redes de serviços.

Contudo, ao analisar as políticas sociais em Belém a partir da sua estrutura macro percebe-se contradições, o que não seria distinto dentro do sistema capitalista, apesar de muitas conquistas terem sido concedidas nesse reordenamento na política de assistência para os municípios, uma vez que, nessa lógica neoliberal, a transferência de responsabilidade do Estado nacional para o Estado local coloca os municípios na plena liberdade de gestão, os municípios se organizam para que, tenham autonomia no gerenciamento e repasse dos fundos públicos às políticas municipais. No entanto, o que gera novos problemas e intensifica os que já estão expostos, porque o repasse das verbas orçamentárias na sua maioria são inferiores as demandas sociais, como o acúmulo de desempregados, pessoas sem frequentar a escola, serviço de saúde sucateado, entre outros (PENNA, 2004).

Em contrapartida, relatar a trajetória da assistência social em Belém é se deparar com avanços e conquistas, mediante as lutas sociais e a implementação de um governo participativo e recíproco com a população, garantindo uma melhor

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

atuação nos serviços ofertados pelas políticas sociais e assegurando a efetivação dos mesmos.

Belém vem incidindo desde 2005 até o presente momento por processos de descasos aos direitos sociais constituintes e de enfraquecimento das lutas sociais, pois os seus gestores compactuam com o fortalecimento das políticas neoliberais, de empobrecimento da população, de descasos nas instituições públicas e desvalorização dos profissionais que estão na linha de frente da proteção social (MATOS; NOVAES, 2004).

Desse modo, os profissionais de Serviço Social se encontram também nesta realidade, sofrendo os rebatimentos de não garantia do poder público sobre as ações de promoção a autonomia dos usuários, de fortalecimento de vínculos, de proteção individual perante a contaminação do novo coronavírus, entre outros, os reduzindo as funções de entregadores de apoios alimentares.

Enquanto conselheira do CRESS 1º Região – gestão 2020-2023 e assistente social de base membro da Comissão de Formação Profissional, a partir das formações e diálogo com a categoria e visitas institucionais, identificamos inúmeras implicações desse contexto relacionadas às questões éticas e técnicas do trabalho de assistentes sociais do município de Belém, no âmbito da assistência social, tais como: a falta de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs); profissionais sendo obrigados a trabalhar mesmo sendo do grupo de risco; o teletrabalho; o atendimento presencial no período de mais intensidade da doença; a coordenação cobrando relatórios pendente de profissionais que encontram-se sem capacidade para o exercício laboral de suas obrigações por estarem doentes; profissionais buscando orientações acerca de horário de expediente, pois relata que estão sendo obrigados a trabalhar em dias corridos e de forma presencial.

Ainda com relação a esta experiência em entidades representativas da categoria profissional, ressaltamos alguns determinantes que impactam diretamente na particularidade do trabalho profissional nos serviços da política de assistência em Belém, tais como, a ausência de EPIs completos; os profissionais retirando de recursos próprios para garantir a o equipamento de proteção; sem suporte para o atendimento remoto nas atividades de grupos com as/os usuárias/os; escala de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



serviço presencial das equipes técnicas nas Unidades institucionais sem um plano de retorno das atividades, corroborando na insegurança dos profissionais; assédio institucional no controle de horas trabalhadas; a falta de repasse de recursos materiais para a executar os serviços, programas e projetos de assistência social municipal; a falta de água para o consumo, obrigando trabalhadores e trabalhadoras coletarem para abastecer a instituição; a limpeza do espaço precário e ambiente insalubre; a inadequação nos atendimentos, prejudicando o sigilo profissional; e a falta de transporte para a realização das visitas domiciliares. Assim, consideramos que esta realidade tem muitos outros elementos materiais, políticos e históricos determinantes a serem analisados e articulados no âmbito da racionalidade científica, considerando as especificidades e particularidades materiais desta conjuntura.

4 CONCLUSÃO

Mesmo com as conquistas destinadas a proteção social, não foi suficientemente necessária para consolidar as políticas sociais no Brasil e a hegemonia do neoliberalismo corrobora quando o Governo Federal coloca como a única opção de sobrevivência: a venda da força de trabalho, reforçando a perversidade do capitalismo, tendo como suas principais vítimas a população da periferia.

À visto disso, precisamos resgatar as conquistas históricas da esquerda para se colocar no enfrentamento ao combate aos desmonte das diversas políticas sociais, juntamente com os movimentos sociais e outras entidades representativas de lutas e denunciar que a austeridade fiscal e cortes orçamentários não são para beneficiar a classe trabalhadora, em que nesse momento mais do que nunca precisa de acesso às políticas sociais, que desde a Emenda Constitucional nº 95 vem estabelecendo um teto de gastos para as políticas sociais, retirando de setores mais essenciais, como saúde, educação, assistência, entre outros.

É necessário estratégias de ação e de mobilização social para tentar revogar esta EC-95, sobretudo, pelo contexto que se permeia a história no tempo presente. Invés de congelar os gastos públicos, que seja taxada as grandes fortunas e revertidas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

nas políticas sociais, tendo o Estado operacionalizando com eficácia e dando condições de trabalhos favoráveis aos profissionais que atuam frente a essas políticas, apesar de, vermos que não é isso que está acontecendo, com os descasos, permeando pela falha de gestão da administração pública, repasse de verbas e execução das políticas.

Apesar dos desmontes das políticas sociais, nesse cenário pandêmico, é oportuno a mobilização de defesa a integração da seguridade social, combater a posição do Governo sobre a flexibilização dos serviços com intuito de fortalecer a economia, cobrar ações concretas de defesa à vida, assim como, pressionar respostas acerca da vacina contra a covid-19 e repudiar todo e quaisquer ataque sobre a ciência, entre tantos outros desafios colocados como descaso na política Bolsonaroista.

É importante ressaltar, que a crise mundial reverbera desde 2007/2008 e que a ideia do “tudo estava se recuperando” antes da pandemia do novo coronavírus e colocando o vírus como norteador de uma nova crise, foi a estratégia de manobra para justificar os cortes de gastos públicos para as políticas sociais, de deslegitimar direitos conquistados pela classe trabalhadora, justifica pelo crescente aumento do desemprego, preços elevados dos alimentos, perda de direitos trabalhistas e a investida na nova relação de produção – a uberização do trabalho, assumindo uma “(...) aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 11). Então, a pandemia do novo coronavírus se caracteriza nas relações sociais e nas relações de trabalho pela intensificação da mercantilização, determinantes da reprodução da vida no capitalismo.

Contudo, sabemos que o avanço do neoliberalismo eleva a precarização dos serviços públicos dando voz a iniciativa privada, pois se o equipamento estatal exercesse a sua função com firmeza e assegurando a vida da população em todos os âmbitos sociais, políticos e econômicos não registraria as taxas elevadas de letalidade por causa da doença da covid-19, em que 2020 no auge da contaminação do coronavírus, cerca de 16.101 mil mortes foram registrados no Brasil, segundo os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dados oficiais do Governo, atualmente com 702.664 óbitos até a data presente⁶, mesmo com o avanço da vacinação no País, o negacionismo do Governo Federal estimulou os grandes índices de óbitos no período mais contundente da pandemia, em que muitas vidas poderiam ser salvas por meio de políticas públicas imediatas e investimentos na ciência.

Portanto, temos o grande desafio de potencializar as lutas e resistências de forma organizada e eficaz, como foi a forte pressão da população, movimentos sociais e outras entidades e oposição para a revogação do Presidente da República sobre a privatização da atenção básica de saúde, pois a burguesia reconhece a importância da força de trabalho da classe trabalhadora, sem ela não tem como manter o projeto neoliberal no capitalismo, por conseguinte, abre-se grandes chances de vitórias nas trincheiras de luta e tomar para esse movimento o socialismo como horizonte histórico em defesa das políticas sociais e da melhoria na condição de trabalho e de vida. Fascistas não passarão!

⁶ Considerando uma estimativa de mortes causadas pelo novo coronavírus divulgado pelo Ministério da Saúde até a data de 04 de julho de 2022 e atualizado em 2023. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 23 de mai de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gláucia Lelis; SIQUEIRA, Luana de Sousa. Projeto neoliberal, coronavírus e auxílio emergencial: o desmonte da assistência social. In: **Em tempo de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 75 – 82.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria. In: **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. E. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRETTAS, Tatiana. Defender a vida é preciso, a economia não. In: **Em tempo de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. p. 11 – 18.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Maria Luzia de. NOVAES, Jurandir. A construção da Política de Assistência Social a partir da participação popular. In: **A Reinvenção do Social: Poder Local e a Política de Assistência Social em Belém (1997-2004)**. Belém: Paka-Tatu, 2004. p. 97 – 118.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

PENNA, Regina. Planejamento estratégico: uma nova forma de pensar e fazer a Política de Assistência Social. In: **A Reinvenção do Social: Poder Local e a Política de Assistência Social em Belém (1997-2004)**. Belém: Paka-Tatu, 2004. p. 159 – 169.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87 – 108.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SADER, E; GENTILI, P. (org.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. v.6. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Adaíza de Oliveira [et al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PROMOÇÃO



APOIO

